

Trabalho apresentado no Painel
“Desarmamento e Não-proliferação: como lidar com o Irã e a Coréia do Norte”

Segurança Internacional: Políticas Públicas e Cooperação Inter-Regional
Um diálogo Europa-América do Sul
Segunda Conferência Internacional do Forte Copacabana
Rio de Janeiro, 3 e 4 de Novembro de 2005

Marco A. Marzo

Oficial de Planejamento e Avaliação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e
Controle de Materiais Nucleares (ABACC)

O entendimento da situação atual dos programas nucleares do Irã e da Coréia do Norte requer um aprofundamento da análise do desarmamento e da não-proliferação de armas nucleares. A existência de armas nucleares é uma ameaça contínua à segurança regional e internacional. Por esse motivo, o desarmamento nuclear completo e a não-proliferação de armas nucleares têm sido, pelo menos em tese, o objetivo de grande parte da comunidade internacional. O Tratado sobre a Não-proliferação de Armas Nucleares (TNP), base do controle nuclear nos últimos trinta e cinco anos, estabeleceu duas classes de nações: os cinco países reconhecidos oficialmente como possuidores de armas nucleares, que devem se desarmar voluntariamente, e as outras nações que devem ser controladas para não obterem armas nucleares. Infelizmente, o primeiro objetivo está muito longe de ser alcançado. Nos sessenta anos transcorridos desde a criação da bomba atômica, os países possuidores de armas nucleares nunca realizaram, de fato, o desarmamento nuclear sério e completo, apesar de tantos acordos e tratados existentes. Atualmente existem mais de trinta mil armas nucleares em arsenais de oito países, com uma potência total que equivale a mais de quinhentas mil bombas atômicas com o poder de destruição da que foi lançada em Hiroshima. Além disso, os países nucleares empregam novas tecnologias para modernizar seus arsenais e aumentar sua capacidade estratégica. Os tratados sobre redução de armas nucleares entre os Estados Unidos e a Rússia (SALT, START) não estão em vigor. O tratado sobre a proibição completa de testes nucleares (CTBT) nunca entrou em vigor e a negociação de um tratado sobre a proibição de produção de materiais fisséis para armas nucleares (cut-off treaty) está paralisada.

A não-proliferação de armas nucleares parece, também, um sonho distante. Apesar da seriedade dos acordos vigentes, as questões regionais e a inércia do programa de desarmamento nuclear estimulam outros países a adquirirem a capacidade de construir armas nucleares. Todos esses fatos refletem-se no fracasso das conferências de revisão do TNP, especialmente da última realizada em maio de 2005, em Nova Iorque.

No início dos anos 90, descobriu-se que o Iraque, um país signatário do TNP, iniciara um programa clandestino para a construção de armas nucleares. Quase na mesma época, descobriu-se também que a Coréia do Norte desenvolvia um programa clandestino com esse mesmo objetivo. Recentemente, o governo coreano declarou possuir bombas atômicas. A Índia, que realizara sua primeira detonação nuclear em 1974, tornou a realizar vários testes nucleares vinte e quatro anos depois. Em resposta a isso, duas semanas mais tarde, o Paquistão testou vários artefatos nucleares. Desconfia-se que o programa nuclear iraniano visa a aquisição de capacidade militar nuclear para fazer frente aos seus vizinhos nucleares, entre os quais está Israel.

Mesmo o fato positivo, que é o desmantelamento de armas nucleares da Rússia e dos Estados Unidos, resulta em uma grande preocupação e constitui-se em um desafio, já que nesse processo, cerca de 100 toneladas de plutônio e mais de 500 toneladas de urânio com alto enriquecimento foram estocados em depósitos e devem ser controlados. Ademais, no final de 2004, havia 1115 toneladas de plutônio produzidas em mais de 900 instalações de programas nucleares civis de 32 países. Esse valor cresce,

anualmente, cerca de 70 toneladas. Esses números mostram a importância do controle de materiais nucleares, com o objetivo de se evitar a proliferação adicional de armas nucleares.

Até o início dos anos 90, as medidas de salvaguardas nucleares eram aplicadas somente com o objetivo de assegurar que os materiais nucleares declarados por um país não seriam desviados para a construção de armas atômicas. Isso significa que o sistema de controle de materiais nucleares baseava-se na verificação da correção das quantidades declaradas de materiais nucleares e na constatação de que as instalações nucleares operam conforme o previamente informado. Entretanto, a descoberta de programas nucleares clandestinos no Iraque e na Coreia do Norte, de um lado, e a nova correlação de poder internacional surgida após o desmembramento da União Soviética, por outro lado, originaram uma intensa discussão na comunidade internacional sobre a necessidade de fortalecer os mecanismos de controle nuclear. Essa discussão resultou em ações inéditas de controle que, associadas à nova tecnologia de informações, vão muito além do que se poderia imaginar no passado. Essas ações foram consolidadas em um anexo aos acordos vigentes de salvaguardas, denominado Protocolo Adicional. O objetivo das salvaguardas nucleares internacionais, agora, é assegurar a inexistência de materiais e instalações nucleares clandestinas em um país. Ora, a constatação da ausência de materiais ou atividades nucleares é muito mais difícil e intrusiva do que a verificação de informações declaradas. As novas salvaguardas exigem informações muito mais extensas e detalhadas do que anteriormente, não se restringindo somente ao setor nuclear do país, mas abrangendo também setores técnico-científicos que tenham alguma relação potencial, mesmo que indireta, com o setor nuclear. Essas informações são confrontadas com aquelas disponíveis em fontes abertas, ou seja, informações disponíveis na mídia, em bancos de dados públicos ou particulares, e com informações oriundas de terceiros países, incluindo as de serviços nacionais de inteligência. Além disso, inspeções adicionais às já existentes são realizadas em locais próximos a instalações nucleares, que poderiam estar abrigando atividades clandestinas. Em caso de suspeita, inspetores internacionais podem até mesmo solicitar acesso a qualquer local do país para esclarecer dúvidas.

O fortalecimento das salvaguardas internacionais, com suas medidas intrusivas e efetivas para detectar a existência de materiais e equipamentos clandestinos parece não ser suficiente para tranquilizar uma parte da comunidade internacional, em especial o governo norte-americano e seus aliados. Um exemplo dessa situação ocorreu no Iraque. Apesar de a Organização das Nações Unidas (ONU), através da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), ter concluído que aquele país não dispunha de armas nucleares, a principal justificativa do governo norte-americano para invadi-lo, em março de 2003, foi que ele possuía armas nucleares. Essa ação colocou em cheque os atuais mecanismos de controle, que se baseiam, essencialmente, no multilateralismo, através de acordos e tratados com intervenção de instituições regionais e internacionais. Ademais, os recentes acontecimentos na Coreia do Norte, e, principalmente, a preocupação com o programa nuclear do Irã, originaram propostas de proibir que novos países desenvolvam processos nucleares - enriquecimento e reprocessamento - que poderiam ser usados para a produção de materiais para a fabricação de armas nucleares. A base dessas propostas, portanto, é dividir, novamente, as nações em duas classes: as que já detêm a tecnologia nuclear, e que poderiam continuar a utilizá-la, e aquelas que não a detêm, e que seriam impedidas de obtê-la.

Nesse contexto, é importante analisar as crises relativas aos programas nucleares do Irã e da Coreia do Norte, que, embora causem a mesma preocupação em relação à proliferação nuclear, são, em essência, muito distintas.

O programa nuclear do Irã

O programa nuclear iraniano tem sido questionado pela comunidade internacional, especialmente pelos Estados Unidos, como tendo finalidade militar. Em 1998, o Departamento de Estado americano reafirmou sua oposição ao programa nuclear iraniano, alegando que o Irã possui reservas de gás e óleo suficientes para a geração de energia elétrica e que o programa nuclear iraniano tem como objetivo a

obtenção de armas nucleares¹. Alguns anos depois, o governo de Bush classificou o Irã como estando entre os países do “eixo do mal”. No início de 2005, logo após sua posse como Secretária de Estado norte-americana, Condoleezza Rice definiu o Irã como “*um dos postos avançados da tirania no mundo*”². Logo após a invasão do Iraque, que concentrou todas as atenções mundiais, em março de 2003, o governo americano não desmentiu que poderia lançar ataques de precisão contra instalações nucleares do Irã. Essa pressão ficou ainda maior quando se revelou que o Irã estava desenvolvendo clandestinamente um programa de enriquecimento de urânio por centrifugação. A história do programa nuclear iraniano é plena de contradições, representando bem as mudanças ocorridas naquele país e na região do Golfo Pérsico nos últimos trinta anos, e é onde aparece o interesse dos países ocidentais, especialmente dos Estados Unidos e da Rússia, em manter a influência na região do Golfo.

O Irã ratificou o Tratado sobre a Não-proliferação de Armas Nucleares em 1970. Governava o Irã então, o Xá da Pérsia, Mohamed Reza Xá Pahlevi, que pretendia modernizar rapidamente o país através da chamada Revolução Branca de 1963. Entre os projetos para a modernização do Irã, Reza Pahlevi iniciou o programa nuclear iraniano³. As principais instalações nucleares do país datam de meados dos anos 70. É interessante notar, que nessa época não se questionava o desenvolvimento do programa nuclear iraniano, apesar do Irã possuir uma das maiores reservas e ser um dos maiores produtores de petróleo do mundo.

Na área de reatores comerciais para a produção de energia elétrica, o Irã assinou, em 1974, um contrato bilionário com a então Alemanha Ocidental para a construção de dois reatores a água leve (LWRs), com potência de 1.300 MWe cada um, em Bushehr⁴, exatamente do mesmo tipo do reator nuclear Angra-II. As obras desses dois reatores foram paralisadas em 1979, logo após a revolução islâmica que levou os fundamentalistas islâmicos ao poder, sob a liderança do Aiatolá Ruhollah Khomeini. Este considerava a construção desses reatores um projeto antiislâmico e seu governo mandou paralisar as obras, apesar do Irã já haver investido bilhões de dólares no projeto⁵. Na época da paralisação das obras, o reator Bushehr 1 encontrava-se com 90% das obras civis realizadas e com 60% dos equipamentos montados, e o reator Bushehr 2 encontrava-se com 50% das obras civis realizadas⁶.

O próximo episódio no projeto de construção dos dois reatores comerciais foi a guerra contra o Iraque. Em 24 de março de 1984, aviões iraquianos atacaram os dois reatores provocando pequenos danos. A esse ataque sucederam-se outros dois ataques em 1985, um em 1986, dois em 1987 e um em 1988, danificando consideravelmente as duas instalações, um prejuízo estimado da ordem de 3 a 4 bilhões de dólares⁷.

Após o término da guerra e com a ascensão dos moderados sob a liderança de Ali Hashemi Rafsanjani, que pregava uma aproximação com o Ocidente visando obter recursos para desenvolver o país, o Irã propõe que os alemães retomem a construção dos reatores de Bushehr. Os alemães, pressionados pelos norte-americanos, propuseram substituir os dois reatores por usinas a gás natural, o que não foi aceito pelos iranianos. Os iranianos começaram a procurar novos fornecedores, mas exigiram dos alemães a entrega da documentação e dos projetos dos dois reatores, pelos quais já haviam pago. No entanto, o governo alemão negou a licença de exportação, o que provocou uma disputa legal em torno desse contrato ainda sem solução⁸. Para se ter uma idéia da pressão exercida pelos Estados Unidos sobre o Irã, basta observar que, além da Alemanha Ocidental, um consórcio alemão-espanhol-argentino, que

¹ United States Energy Information Administration, *Iran*, March 1998, www.converger.com/eiacab/iran.htm.

² Ramonet, I., *O Irã na Linha de Mira*, Le Monde Diplomatique, Ed. Brasileira, Ano 6, nº. 61, 2005

³ Khlopkov, A., *The Iranian Program for Nuclear Energy Development: The Past and The Future*, Yaderny Kontrol Digest Vol. 6, No. 3 (19), Summer 2001, www.pircenter.org/board/article.php3?artid=712

⁴ Koch, A., Wolf, J., *Iran's Nuclear Facilities: a Profile*, Center for Nonproliferation Studies, 1998, <http://cns.miis.edu/pubs/reports/pdfs/iranrpt.pdf>

⁵ *Bushehr Iran Nuclear Reactor*, Global Security, www.globalsecurity.org/wmd/world/iran/bushehr.htm

⁶ Koch, A., Wolf, J., *ibid.*

⁷ Hibbs, M., *Bushehr Construction Now Remote after Three Iraqi Air Strikes*, Nucleonics Week, 26 November 1987.

⁸ Hibbs, M., *Iran Sues Siemens over Nuclear Power Plant*, Executive News Service, 28 August 1996.

havia se oferecido para terminar os dois reatores, desistiu por pressões americanas, assim como um outro contrato com companhias espanholas também foi cancelado devido às pressões americanas⁹.

Dada a impossibilidade de conseguir parceiros na Europa Ocidental, os iranianos assinaram um contrato com a União Soviética, em março de 1990, para a finalização da obra dos dois reatores em Bushehr e a construção adicional de dois reatores do tipo VVER-440¹⁰. Esse contrato não foi adiante devido a problemas financeiros e técnicos. Apenas cinco anos mais tarde, em 1995, o Irã firmou um contrato com a Rússia para finalizar os dois reatores¹¹. A operação do primeiro reator de Bushehr está prevista para o final de 2005. Apesar de estar sob salvaguardas da AIEA, a operação desse reator é encarada como um desafio por Israel e pelos Estados Unidos, pois o Irã teria acesso a grande quantidade de plutônio no combustível irradiado, que poderia mais tarde ser separado em uma planta de reprocessamento. Essa preocupação, no entanto, não procede em curto prazo, já que o Irã não dispõe de planta de reprocessamento e, mesmo que inicie um projeto de reprocessamento, precisaria de muitos anos para adquirir capacidade tecnológica para reprocessar.

O principal foco do problema, segundo a ótica dos países ocidentais, é o projeto de enriquecimento de urânio. No contrato firmado com a Rússia, em 1995, esta se comprometeu a construir uma planta de enriquecimento de urânio por centrifugação no Irã, além de fornecer 2.000 toneladas de urânio natural¹². Esse projeto, no entanto, foi cancelado pelos russos devido à forte pressão dos americanos e dos outros países industrializados. Muito antes desse acordo com os russos, admite-se que os iranianos já haviam iniciado, em 1985, um projeto doméstico de enriquecimento de urânio por centrifugação¹³. O Irã seguiu a mesma estratégia do Paquistão para desenvolver seu programa de enriquecimento, tentando adquirir de fornecedores internacionais, especialmente da Europa, sigilosamente, os principais componentes de centrifugas e outros equipamentos. O Irã construiu em Natanz, aproximadamente a 350 km de Teerã, uma planta piloto de enriquecimento de urânio por centrifugação, com aproximadamente 1.000 centrífugas, que não está em plena operação. Quando estiver, ela poderá produzir cerca de 10 kg de urânio altamente enriquecido por ano. Isso significa que depois da planta entrar em plena operação, serão necessários mais de dois anos para produzir material para fabricar uma bomba atômica.

A questão que originou toda a repercussão em torno dessa planta é que o Irã a construiu em segredo, ou seja, não comunicou à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) que estava desenvolvendo um programa de enriquecimento de urânio. Pelos compromissos de salvaguardas com a AIEA, o Irã não precisaria informar antecipadamente – poderia fazê-lo em base voluntária – e, desse ponto de vista, não feriu nenhum compromisso internacional. A única obrigação do Irã seria informar a existência da planta com um mínimo de 180 dias antes da introdução do material nuclear. A existência da instalação só foi revelada pelo Conselho Nacional de Resistência do Irã em agosto de 2002 e a primeira inspeção da AIEA ocorreu em fevereiro de 2003¹⁴. Entre março e maio de 2003, os inspetores da AIEA coletaram amostras ambientais na instalação, antes da introdução oficial de material nuclear. A análise dessas amostras revelou partículas de urânio altamente enriquecido, sugerindo que a planta já havia recebido e processado urânio. Isso caracterizou, então, o descumprimento do acordo de salvaguardas e, conseqüentemente, do Tratado sobre a Não-proliferação de Armas Nucleares. As autoridades iranianas alegaram que se tratava de contaminação de algum equipamento importado. Em junho de 2003, o Irã introduziu oficialmente urânio nessa instalação. O Irã pretende construir no mesmo local uma planta

⁹ Koch, A., Wolf, J., *ibid.*

¹⁰ *USSR/Iran: Iranians Say Soviets Will Aid in Nuclear*, Nucleonics Week, 15 March 1990.

¹¹ Khlopkov, A., *ibid.*

¹² Koch, A., Wolf, J., *ibid.*

¹³ Breit, M., *Iran's Program to Produce Plutonium and Enriched Uranium*, Carnegie Endowment for International Peace, January 2003.

¹⁴ *News Update on IAEA & Iran - Chronology of Key Events*, International Atomic Energy Agency,

www.iaea.org/NewsCenter/Focus/IaeaIran/iran_timeline2.shtml.

comercial que, quando pronta, deverá ter mais de 50 mil centrífugas, com capacidade para produzir aproximadamente 500 kg de urânio altamente enriquecido por ano, ou seja, material em quantidade suficiente para fabricar cerca de vinte bombas atômicas por ano¹⁵. Deve-se considerar, no entanto, que as duas plantas estão sob salvaguardas da AIEA e, portanto, a produção não declarada de material nuclear poderia ser detectada pela AIEA.

A crise causada pela revelação do seu programa de enriquecimento de urânio levou o Irã a sofrer grandes pressões dos países ocidentais, especialmente dos Estados Unidos, que exigem que ele encerre suas atividades de enriquecimento de urânio. Apesar do Irã, como sinal de transparência, ter assinado o Protocolo Adicional ao acordo de salvaguardas e das atividades de verificação da AIEA, as pressões não diminuíram. Para evitar um possível conflito armado, o governo do Irã iniciou negociações com representantes da União Européia, que tentam convencê-lo a rever seu programa nuclear.

Recentemente, a Junta de Governadores aprovou uma resolução para que o Irã programe medidas de transparência que vão muito além daquelas do Acordo de salvaguardas e do Protocolo Adicional. Elas incluem acesso a indivíduos, a documentação sobre aquisições de equipamentos de uso dual e a instalações militares. Além disso, a Resolução exige que o Irã suspenda todas as atividades de enriquecimento e reprocessamento. O desfecho da crise do programa nuclear iraniano poderá ter conseqüências relevantes para o controle nuclear. Tenta-se, explicitamente, impedir um país de desenvolver um programa nuclear autônomo, apesar de ele estar submetido ao controle internacional através das salvaguardas da AIEA. É essencial que os acordos de salvaguardas vigentes, incluindo o Protocolo Adicional sejam respeitados por todos os lados envolvidos. O Irã deve atender aos pleitos da AIEA para permitir que esta possa concluir sobre a inexistência de materiais e instalações nucleares clandestinas naquele país. A comunidade internacional deverá respeitar o direito do Irã de desenvolver um programa nuclear para fim exclusivamente pacífico. Em paralelo a isso, medidas para aumentar a segurança regional deveriam ser urgentemente adotadas, sendo as mais importantes, a retirada das forças estrangeiras do Iraque, a adesão de todos os países da região ao Tratado sobre Não-proliferação Nuclear e o início imediato de negociações sérias para a criação de uma zona livre de armas nucleares no Oriente Médio.

A crise da Coreia do Norte

A Coreia do Norte ratificou o Tratado sobre a Não-proliferação de Armas Nucleares (TNP) em 12 de dezembro de 1985. No entanto, o Acordo de Salvaguardas entre a Coreia do Norte e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), previsto no TNP, entrou em vigor apenas em 10 de abril de 1992. Durante a verificação da declaração inicial norte-coreana sobre os materiais e instalações nucleares, a AIEA detectou algumas inconsistências que apontavam para uma possível existência de plutônio não declarado¹⁶. Essa suspeita tornou-se mais concreta quando o governo norte-coreano não autorizou o acesso solicitado pela AIEA a dois locais que estocavam material nuclear. Após uma série de tentativas infrutíferas de resolver as inconsistências, a AIEA informou ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, em abril de 1993, sobre o descumprimento do TNP pela Coreia do Norte. Interessante que, nesse meio tempo, o governo norte-coreano anunciou sua decisão de se retirar do TNP, em março de 1993, mas suspendeu a retirada três meses mais tarde. Apesar das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas conclamando a Coreia do Norte a cumprir com o Acordo de Salvaguardas, a situação não melhorou. Ao contrário, ela tornou-se ainda mais grave quando, em maio de 1994, as autoridades norte-coreanas descarregaram, sem aviso prévio, o núcleo do reator de urânio natural e grafite de 5 megawatts elétricos, de tal modo que se tornou impossível para a AIEA resolver as inconsistências. Além desse reator, construído pelos soviéticos nos anos 60, em Yongbyong, os norte-coreanos iniciaram, em 1986, no

¹⁵ Albright, D., Hinderstein, C., *The Centrifuge Connection*, The Bulletin of the Atomic Scientists, March/April 2004, vol. 60, no. 02, pp. 61-66.

¹⁶ *In Focus: IAEA and DPRK – Fact Sheet on DPRK Nuclear Safeguards*, International Atomic Energy Agency, www.iaea.org/NewsCenter/Focus/IaeaDprk/index.shtml.

mesmo local, a construção de um reator do mesmo tipo, mas com uma potência dez vezes maior, que é muito conveniente para a produção de plutônio, e um laboratório de separação de plutônio.

No auge da crise entre a Coreia do Norte e a AIEA, em junho de 1994, o antigo presidente norte-americano Jimmy Carter visitou aquele país, a fim de tentar uma solução para o problema nuclear. Isso deu início a um processo de negociação entre os governos norte-americano e norte-coreano, que se desenvolveu totalmente à margem da AIEA e do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em outubro de 1994, os dois países chegaram a um acordo¹⁷, no qual a Coreia do Norte aceitou paralisar, num prazo de um mês, as atividades dos reatores de urânio natural e grafite e de outras instalações associadas – ou seja laboratórios de separação do plutônio - em troca de dois reatores a água leve (LWR) com uma capacidade total de geração de energia elétrica de 2.000 MW. Havia também o compromisso americano de fornecer anualmente 500 mil toneladas de óleo bruto. Tratou-se, portanto, de uma barganha de fundo econômico, inédita na história nuclear. Havia o compromisso norte-coreano de desmontar o reator de urânio natural e grafite e suas instalações associadas, assim que os reatores a água leve estivessem prontos. Nesse meio tempo, a AIEA monitoraria o “congelamento” das atividades do reator. Ela continuaria, no entanto, sem conseguir aplicar plenamente suas salvaguardas e impossibilitada de resolver as inconsistências encontradas anteriormente.

Para a construção dos reatores a água leve (LWR), foi formado, em 1995, um consórcio cujos principais membros são os americanos, japoneses e sul-coreanos – A Organização para o Desenvolvimento Energético da Península Coreana (KEDO)¹⁸. Esse consórcio iniciou a construção do primeiro reator em fevereiro de 2000, e as obras estavam transcorrendo dentro do prazo previsto. Um novo fato, no entanto, ocorreu em outubro de 2002 provocando uma reviravolta nessa já inusitada situação. Os Estados Unidos informaram que durante conversações rotineiras com o governo norte-coreano, este havia confirmado que tinha um programa para enriquecer urânio para armas nucleares¹⁹. Isso provocou imediata reação dos governos norte-americano e japonês, que levaram à suspensão dos embarques de óleo, em dezembro de 2002 e, mais tarde, à paralisação da construção dos reatores LWR, em 1º de dezembro de 2003.

Após uma resolução da Junta de Governadores da AIEA condenando o novo descumprimento do Tratado sobre a Não-proliferação de Armas Nucleares (TNP) pela Coreia do Norte, o governo norte-coreano decidiu, em 22 de dezembro de 2002, romper os selos e desligar as câmeras da AIEA que monitoravam a paralisação dos reatores a urânio natural e grafite e, menos de uma semana mais tarde, em 27 de dezembro, expulsar os inspetores da AIEA do país. Finalmente, em 11 de janeiro de 2003, a Coreia do Norte informou sua retirada do TNP.

O próximo passo da crise nuclear norte-coreana foi o início de conversações entre seis países²⁰ – Rússia, Estados Unidos, China, Japão, Coreia do Sul e Coreia do Norte, em agosto de 2003, para tentar encontrar soluções para a crise. Esses seis países reuniram-se em quatro oportunidades, sendo a última delas realizada em Pequim, em setembro de 2005. Embora o governo Bush tenha expressado sua posição favorável ao final permanente do Projeto KEDO, durante a última rodada de negociações dos seis países, os norte-americanos voltaram a propor uma barganha: o término do programa de armas nucleares norte-coreano em troca de ajuda para resolver o problema energético do país, que inclui o fornecimento de um reator nuclear comercial, com a suspensão das sanções econômicas, que foram aplicadas pelos Estados Unidos por considerar que o governo norte-coreano apoia atividades de grupos terroristas²¹.

¹⁷ *Agreed Framework between the United States of America and the Democratic People's Republic of Korea*, Geneva, 21 October 1994, www.isis-online.org/publications/dprk/at.html.

¹⁸ *The Korean Peninsula Energy Development Organization*, www.kedo.org.

¹⁹ *DPRK Uranium Programme*, Global Security, www.globalsecurity.org/wmd/world/dprk/nuke-uranium.htm

²⁰ Brookes, P., *The Six Party Talks: Same Bed, Different Dreams*, 26 de agosto de 2003, The Heritage Foundation, www.heritage.org/Research/AsiaandthePacific/wm331.cfm

²¹ *No Breakthrough in North Korea Talks*, 26 de junho de 2004, CNN, <http://cnstudentnews.cnn.com/2004/US/06/26/us.nkorea/>

Considerando o inventário de plutônio que a Coreia do Norte já possuía em 1994, a capacidade de produção de plutônio do reator a urânio natural e grafite, admitindo que ele reiniciou a operação em fevereiro de 2003 e a capacidade de separação de plutônio do laboratório de Yongbyon, pode-se estimar que a Coreia do Norte poderia fabricar, pelo menos, três bombas atômicas até meados de 2005²². Assim, não pode ser subestimada a declaração do governo norte-coreano, em fevereiro de 2005, de que já possuía armas nucleares. Em paralelo à crise nuclear, a Coreia do Norte tem anunciado que já não se considera vinculada a uma moratória que ela mesma havia decretado sobre seus testes de mísseis de longo alcance e fundamenta o desenvolvimento de sua força de ataque na política hostil dos Estados Unidos. Mesmo que, em vista da crise econômica permanente em que se encontra, pareça uma ficção que a Coreia do Norte consiga construir sistemas de mísseis de longo alcance que ameacem os Estados Unidos, ela pode ameaçar efetivamente os países vizinhos, pois já possui mísseis de médio alcance bastante eficazes²³.

A situação da Coreia do Norte em relação à não-proliferação nuclear é extremamente crítica. Vislumbrar uma solução para essa crise, que leve à paralisação e desmontagem do programa nuclear norte-coreano, não é tarefa trivial, pois exigirá a mudança de postura dos principais atores envolvidos, especialmente dos Estados Unidos e da China. De qualquer modo, um primeiro passo a ser tomado é o retorno das negociações ao nível das Nações Unidas, com o envolvimento direto da Agência Internacional de Energia Atômica.

Conclusões

Algumas conclusões advêm da análise da situação crítica quanto aos programas nucleares do Irã e da Coreia do Norte:

- É essencial que o multilateralismo seja fortalecido; as negociações devem ocorrer no âmbito das Nações Unidas, com as atividades de controle executadas pela Agência Internacional de Energia Atômica, e com suas conclusões sendo respeitadas;
- É fundamental que os tratados e os acordos de salvaguardas vigentes, incluindo o Protocolo Adicional, sejam respeitados, respeitando o direito a que os países possam desenvolver seus programas nucleares para fins exclusivamente pacíficos;
- A comunidade internacional deve intensificar as ações para desmanchar as redes clandestinas de fornecimento de equipamentos nucleares;
- As ações que levem ao desarmamento nuclear completo devem ser perseguidas, incluindo a entrada em vigor urgente do Tratado sobre a Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT), e as negociações de tratados sobre desarmamento;

²² Albright, D., *North Korea's Current and Future Plutonium and Nuclear Weapon Stocks*, Institute for Science and International Security, January 2003, www.isis-online.org/publications/dprk/currentandfutureweaponsstocks.html.

²³ Kak, K., *Missile Proliferation and International Security*, Strategic Analysis, The Institute for Defense Studies and Analyses, vol. XXIII nº. 3, June 1999